

Sistematização aprova projeto de Constituição

BRASÍLIA — Com a abstenção do Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, a Comissão de Sistematização aprovou ontem o texto final do projeto de Constituição que será submetido ao plenário no início de dezembro. A sessão foi marcada por pronunciamentos de vários constituintes que trocaram elogios sobre o desempenho da Comissão nos 55 dias gastos na votação do substitutivo do Relator Bernardo Cabral.

O Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos, anunciou, ao fim da sessão, os dados fornecidos pela Secretaria da Sistematização sobre o trabalho dos 93 constituintes nos dois meses de trabalho. Foram feitos 768 encaminhamentos a favor de emendas e 682 contra — num total de 1.450 —, realizadas 509 votações e examinados 2.612 destaques.

Em seu discurso, Cabral destacou o esforço intelectual e físico dos constituintes durante as votações, informou que 95 por cento do texto original foram mantidos e que, ao contrário do que se afirma, o projeto não é estatizante ou xenófobo. Afirmado que a Comissão produziu "um trabalho digno do Brasil e dos brasileiros", acrescentou:

— Estou certo de que o plenário da Constituinte saberá resguardar conquistas magníficas que irão resgatar os brasileiros do estatuto de desproteção constitucional ainda vigente.

Ao despedir-se da Presidência da Sistematização, cargo que dividiu com os Senadores Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho e os Deputados Aluizio Campos e Brandão Monteiro, o Senador Afonso Arinos citou uma frase de Benjamin Franklin, pronunciada no dia da assinatura do projeto de Constituição americana, em 1787. Lembrando que Franklin, com ele, era o mais velho constituinte e tinha à época a mesma idade sua, Arinos repetiu:

— Por haver vivido muito, fui levado a mudar de opinião várias vezes, em assuntos importantes. Assim, aceito este projeto.

O único incidente que marcou o encerramento dos trabalhos foi a questão de ordem levantada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, a respeito de uma emenda sua e do Deputado Mendes Thame, sobre os aposentados. Thame também protestou e denunciou que a sua proposta havia sido retirada da pauta de pre-

ferências, elaborada pelas lideranças partidárias, pelo Líder de seu partido, Deputado José Lourenço. Disse que a atitude de Lourenço foi uma represália à sua decisão de votar pelo mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney.

José Lourenço defendeu-se afirmando que não é homem de agir pelas costas e, quando pediu a substituição de dez membros da Comissão por defenderem o parlamentarismo, o fez da tribuna.

— Não iria impedir que Mendes Thame apresentasse a sua emenda. Só que Sua Excelência poderia ter-me procurado para defender a proposta e não o fez. Ocorreu que escolhi outra, entre centenas apresentadas por constituintes do meu partido, sobre a mesma matéria.

A última sessão de votação, iniciada na noite de terça-feira e encerrada aos cinco minutos da madrugada de ontem, foi como uma síntese dos 55 dias de trabalho. Por divergências entre as lideranças, que não colocaram em votação o Artigo 61 das Disposições Transitórias, a estabilidade para funcionários não concursados da administração direta e indireta foi aprovada por decurso de prazo.

Governo tentará derrubar jornada e estabilidade

BRASÍLIA- Uma sucessão de derrotas, culminando com a redução do mandato do Presidente José Sarney para quatro anos. E o que significaram para o Palácio do Planalto os dois meses de trabalho da Comissão de Sistematização. Embora com a ressalva do Líder Carlos Sant'Anna de que o Poder Executivo só atuou como tal nos casos do sistema de governo e do mandato, ele já se prepara para tentar derrubar no plenário itens como a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho.

— É um saldo de derrota parcial. Esta foi apenas uma etapa. Vai dar muito trabalho, mas nós vamos ter uma boa Constituição — afirmou ontem Sant'Anna, ao ser interrogado sobre as derrotas do Palácio do Planalto na Comissão de Sistematização.

Os interesses do Governo no plenário deverão ser atendidos pela sé-

Telefoto de Gilberto Alves



Carlos Sant'Anna: 'Vamos ter uma boa Constituição'

rie de emendas substitutivas que o chamado "Centrão" apresentará. Segundo Sant'Anna, deverão ser alterados pontos como a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 44 horas e o dispositivo que determina

a imprescritibilidade das causas trabalhistas para recurso à Justiça.

Além disso, não agradam ao Governo o fato de o terrorismo não ter-se tornado crime imprescritível e inafiançável — ao contrário da tortura — e o capítulo da reforma tributária passando a receita de diversos impostos aos Estados e municípios mas mantendo os encargos da União. Segundo o Líder, este último item "foi muito desgastante para o erário". Mas ele reconhece que dificilmente conseguirá qualquer mudança em plenário na questão tributária.

Os artigos referentes à reforma agrária — que remetem a questão da imissão de posse à legislação ordinária — devem, segundo Carlos Sant'Anna, ser melhor examinados antes de ser definido o apoio à sua manutenção ou não.

Entre as numerosas decisões criticadas, houve também algumas que agradaram ao Governo, como a manutenção do papel das Forças Armadas de defender a ordem interna e a anistia nos moldes do substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Os dois dispositivos ficaram com a redação preferida pelos Ministros militares, mas nem isso faz com que sejam encarados como vitória do Planalto na Comissão de Sistematização.

— Eles devem ser creditados à consciência da Assembleia Nacional Constituinte em relação ao momento político nacional. — disse o Deputado Alcení Guerra (PFL-PR).